



JOSUÉ, JULIÃO E AS LIGAS: R-EXISTENCIAS CAMPONESAS

Thiago França Simonetti

Bruno Maia Halley

Resumo

O artigo constitui uma ligeira contribuição à retomada de dois intelectuais, políticos e ativistas sociais no Brasil do século XX, Josué de Castro e Francisco Julião, procurando elucidar suas práticas sociais empreendidas a favor do movimento das Ligas Camponesas no Nordeste brasileiro, no período que antecedeu o Golpe Militar de 1964. A pesquisa aponta-se nas trajetórias destes atores sociais, marcadas pela contestação e pela denúncia das mazelas sociais, em especial no campo brasileiro, reveladoras de um engajamento e de uma luta político-social que aproximou Josué e Julião, seja nos palanques eleitorais e no contato direto com os camponeses, seja nas suas ações a favor da reforma agrária e contra a fome e o latifúndio monocultor. Na vanguarda do seu tempo, Josué e Julião lutaram juntos pelos camponeses, externando o modo de vida destes trabalhadores rurais imerso em outras cognições e matrizes de saberes reveladoras de r-existências identitárias ao seu território de vivência - o simbólico Engenho Galileia, frente à lógica perversa da monocultura canavieira da Zona da Mata Pernambucana.

Palavras-chaves: Josué de Castro; Francisco Julião; Ligas Camponesas; Golpe Militar de 1964; R-existências camponesas.

JOSUÉ, JULIÃO AND THE LIGAS: PEASANTS R-EXISTENCES

Abstract

The article constitutes a slight contribution to the resumption of two intellectuals, politicians and social activists in Brazil in the 20th century, Josué de Castro and Francisco Julião, seeking to elucidate their social practices undertaken in favor of the movement of the Ligas Camponesas in Northeast Brazil, in the period that preceded the Military Coup

of 1964. The research is based on the trajectories of these social actors, marked by the contestation and denunciation of social ills, especially in the Brazilian field, revealing an engagement and a political-social struggle that brought Josué and Julião together, be it on the electoral platforms and in direct contact with the peasants, whether in your actions in favor of agrarian reform and against hunger and the monoculturist latifundio. At the forefront of their time, Josué and Julião fought together for the peasants, externalizing the way of life of these rural workers immersed in other cognitions and matrices of knowledge revealing identity r-existences to their living territory - the symbolic Engenho Galileia, in front of logic perverse of the sugarcane monoculture in the Zona da Mata Pernambucana.

Keywords: Josué de Castro; Francisco Julião; Ligas Camponesas; Military Coup of 1964; Peasants r-existences.

NOTAS INICIAIS

Mistos de teóricos e ativistas sociais no Brasil do século XX, Josué de Castro e Francisco Julião destacaram-se, sobretudo, por suas trajetórias marcadas pela contestação e pela denúncia das mazelas sociais, reveladoras de um engajamento e luta político-social que os distinguiram entre os seus contemporâneos. Ao desvendarem temas como fome, reforma agrária e miséria, mostraram-se na vanguarda do seu tempo, revelando-se em matrizes às análises críticas pautadas no compromisso com o social. Entretanto, tais matrizes tornar-se-iam ignoradas, sobretudo a relação construída entre os dois, em face às tramas de poder do regime que instalou-se no Brasil a partir de 31 de março de 1964 – o Golpe Militar.

Como forma de preencher esta lacuna, o artigo ora apresentado constitui uma ligeira contribuição à retomada destes ativistas, partindo da desconstrução de mitos em torno do médico, geógrafo e deputado federal Josué de Castro, e do advogado e deputado estadual Francisco Julião, e, assim, da elucidação de suas práticas sociais empreendidas a favor do movimento das Ligas Camponesas no Nordeste brasileiro, no período que antecedeu ao golpe. A análise se estende entre 1955 - ano da criação das Ligas em Pernambuco, e 1964 - ano do Golpe Militar, que resultou nos exílios de Julião e de Josué, e no fim das Ligas sobreditas. Neste período, os dois políticos, teóricos e ativistas estabeleceram contatos, organizaram congresso com os camponeses, dividiram palanques, trocaram correios, e escreveram livros e ensaios sobre o Nordeste, a fome, as Ligas e a necessidade da reforma agrária no Brasil.

A revisitação desta relação divide-se em três partes. A primeira parte do artigo trata da trajetória de Josué de Castro em seus papéis de intelectual, homem da burocracia estatal e político, destacando sobretudo sua atuação parlamentar iniciada em 1954 e encerrada em 1962, às vésperas do Golpe Militar, quando foi convidado a ser embaixador brasileiro das Nações Unidas, em Genebra. A atuação política de Josué ainda se mostra pouco revisitada, sobretudo sua ligação com as Ligas Camponesas, e, conseqüentemente, com seu líder, Francisco Julião. Desse modo, resgata-se o deputado federal Josué, suas propostas progressistas contra a fome e a favor da reforma agrária, afora suas articulações políticas e ações ativistas junto com Julião até o eclodir do Golpe em 1964.

A segunda parte rememora a jornada de Francisco Julião, do advogado defensor dos camponeses ao deputado estadual por Pernambuco que liderou o primeiro movimento de organização rural no Brasil – as Ligas Camponesas, que tinham como lema “reforma agrária na lei ou marra!”. Revisita-se, assim, as memórias de Julião, sua incursão nas Ligas, os eventos ocorridos, seu contato com a Revolução Cubana, o temor nacional e norte-americano sobre um possível “Nordeste comunista”, e seu contato com Josué de Castro nos palanques políticos lutando a favor dos trabalhadores rurais e de uma reforma agrária. O resgate estende-se até às vésperas do Golpe Militar, até o momento onde o agitador auxiliou o amigo Josué a escrever um livro emblemático sobre a questão agrária nacional e as Ligas: *Sete palmos de terra e um caixão*, escrito entre 1962 e 1964.

A terceira e última parte do artigo segue as trilhas dos acontecimentos envolvendo Josué e Julião, a começar pela análise do livro sobredito, que retrata a gênese das Ligas Camponesas, o quadro histórico de miséria e fome do Nordeste brasileiro, e também as r-existências dos camponeses da Galileia com relação às suas identidades com a terra, seja em vida, seja na morte. No “movimento de r-existência” (PORTO-GONÇALVES, 2005) das Ligas, os galileus não só lutaram contra o latifúndio e a prática do “cambão”, mas também “[...] por uma determinada forma de existência, um determinado modo de vida e de produção, por modos diferenciados de sentir, agir e pensar” (Id., Ibid., p. 130), que diferiam daqueles dos senhores da terra. Portanto, para além da resistência frente ao latifúndio monocultor e às explorações nas relações de trabalho, os galileus buscavam garantir um enterro digno e um território mítico - o céu - quando de suas mortes, e também a sobrevivência e identidade dos camponeses no seu território de vivência, que começaria pela luta e direito à terra.

A sequência da última parte aborda o advento do Golpe Militar de 1964, e, com ele, os exílios de Josué e Julião. O primeiro morou na França. O segundo morou no México. O contato entre os dois acabou arrefecendo durante a ditadura, com Julião retornando ao Brasil somente em 1979 a partir da anistia política no governo João Figueiredo. Resgatase o retorno do líder das Ligas Camponesas e sua nova tentativa política de reforma agrária já no período de redemocratização no país. Josué, contudo, acabou morrendo no exílio, mas homenagens foram prestadas por Julião ao velho amigo ativista.

JOSUÉ DE CASTRO – O CIENTISTA, O POLÍTICO E O ATIVISTA SOCIAL CONTRA A FOME E A FAVOR DA REFORMA AGRÁRIA

Josué de Castro esteve à frente da luz do seu tempo. Foi um exímio pensador e ativista da causa humana no Brasil e no mundo, e teve no combate à fome sua maior preocupação. Dedicou-se a entender as mazelas deste fenômeno social, tornando uma devoção em sua vida. Nascido no Recife, em 1908, Josué teve seu primeiro contato com a fome ainda quando criança, nos mangues do rio Capibaribe, no bairro da Madalena. Neste ambiente anfíbio, teve sua “alfabetização”, desvelando a fome entre homens, mulheres e crianças que residiam em casebres de barro batido a sopapo e folhas de flandres – os mocambos, e que sobreviviam das ofertas da maré, em especial a carne do caranguejo (CASTRO, 1967).

Quando adulto, Josué enxergou a fome nos alagados do Recife a partir de um ciclo ecológico, o “ciclo do caranguejo”, onde os indivíduos viviam sob uma espécie de mimetismo, sobrevivendo do caranguejo e se assemelhando a ele. O olhar biológico de Josué estava associado à sua formação médica. Após o ensino secundário no Recife, estudou Medicina na Bahia, concluindo o curso na antiga Universidade do Brasil (atual Universidade Federal do Rio de Janeiro). Como professor foi livre docente de Fisiologia da Faculdade de Medicina do Recife, em 1932; professor catedrático de Geografia Humana da Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais do Recife, de 1933 a 1935; professor de Antropologia na Universidade do Distrito Federal, de 1935 a 1938; e professor de Geografia Humana da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, de 1940 a 1964, onde fundou o Instituto de Nutrição – INUB, em 1946 (MARIA DE CASTRO, 2003; CARVALHO, 2001).

Nestes centros de saber acabou percebendo que o fenômeno da fome era antes de tudo um problema biossocial das estruturas econômicas defeituosas, dando-lhe status político, a despeito daqueles que a queriam ver como um fenômeno eminentemente natural (CARVALHO, 2001). Nas décadas de 1930 e 1940, Josué escreveu artigos sobre as condições de vida de operários e o problema da alimentação no Brasil, incursionando em definitivo no pensamento social e político brasileiro. Neste momento, também passou a enxergar a geografia como um meio para se compreender os fatores da fome, e, por conseguinte, as possíveis soluções, principiando por espacializar o fenômeno.

Ancorado nestes preceitos, Josué publicou seu livro célebre *Geografia da Fome* (1946), onde identificou áreas de fomes epidêmica, endêmica e de subnutrição crônica no Brasil. O livro regionalizou a fome, quebrou tabus, tornando-se o primeiro alerta sobre este fenômeno até então ocultado pelas elites político-econômicas. Na sua ótica, a fome era um fenômeno biológico-social ligado a distorções econômicas derivadas da estrutura agrária feudal, marcada pela concentração de terras e pelas relações desumanas de trabalho, que culminaram no mau uso das riquezas do solo e no quadro de pobreza, miséria e de subdesenvolvimento de expressiva parcela da população (BIZZO, 2009). A fome era a origem dos males e entrave ao desenvolvimento, que demandava de reformas econômico-sociais modernizantes, tendo como eixo principal a reforma agrária, outro assunto proibido e perigoso que deveria ser enfrentado (CASTRO, 1946).

Em 1951, Josué escreveu *Geopolítica da Fome*, evidenciando o quadro nefasto da fome em escala planetária no contexto do pós-guerra. O geógrafo percebeu que a fome não era uma realidade somente brasileira ou latino-americana. Era um problema global, “[...] um fenômeno mundial, relacionado a carências e insuficiências alimentares [...] dieteticamente presentes em todos os países, mesmo nos economicamente avançados” (MOREIRA, 2010, p. 82). Nos dois livros, Josué denunciou a fome como uma criação histórica dos sistemas sociais, alertando a opinião pública brasileira e o Terceiro Mundo contra as falácias das políticas de desenvolvimento que enfatizavam o crescimento industrial e ignoravam a agricultura voltada à produção de alimentos, afora os problemas do camponês expropriado da terra e dos meios de trabalho (LINHARES, 2007).

A atuação de Josué como homem da ciência dedicado a combater à fome e a tornar o Brasil num enorme celeiro agrícola, o levaram a ser fundador e diretor de diversos órgãos voltados para a questão alimentar, sobretudo na “Era Vargas”. Destacam-se o

Serviço de Alimentação da Previdência Social – SAPS, criado em 1940; o Serviço Técnico de Alimentação Nacional - STAN, criado em 1942, e o Instituto de Tecnologia Alimentar, criado em 1944.¹ Na década de 1950, no plano internacional, também foi Presidente do Conselho da Organização para a Alimentação e Agricultura das Nações Unidas (FAO), e fundador da Associação Mundial de Luta Contra a Fome – ASCOFAM (BIZZO, 2009; MARIA DE CASTRO, 2003b).

Josué de Castro, portanto, logrou uma vida de cientista e membro da burocracia estatal, constituindo-se referência das políticas de alimentação no Brasil e também no mundo (CARVALHO, 2001). Dado o reconhecimento consagrado pelos seus mais de 30 livros e uma centena de artigos científicos, e pelo seu empenho público e institucional no combate à fome e à miséria, Josué tornou-se bastante conhecido e prestigiado, ganhando inúmeros prêmios² e mantendo um intenso diálogo com intelectuais e políticos de várias partes do mundo. Isso o estimulou a engajar-se mais e mais em suas causas, mas não somente por vias acadêmica e burocrática, mas também por via política. Queria ver materializados seus objetivos científicos através do poder legislativo.

Adotando uma linha liberal progressista, Josué iniciou sua trajetória política em 1950, quando candidatou-se a deputado federal por Pernambuco à convite do Partido Trabalhista Brasileiro - PTB. Apesar dos quase cinco mil votos, não conseguiu se eleger. Em 1954, novamente se candidatou, fixando comitês descentralizados de campanha no Recife e no interior, e assumindo compromisso com as causas operárias. Nestas eleições, Josué se aproximou dos sindicatos de trabalhadores, e dividiu o palanque com Francisco Julião, advogado e candidato a deputado estadual, que defendia a causa dos camponeses na luta pela posse da terra. Josué se elegeu com 14.076 votos, e também Julião. Neste instante, estabeleceu-se a ligação de Josué com os camponeses, participando ativamente na emancipação dos movimentos sociais pela luta no campo (MELO & NEVES, 2007). Talvez seja essa uma das facetas menos estudadas da sua trajetória. Poucos discutiram seu vínculo com as Ligas Camponesas, tampouco sua ligação com Francisco Julião, líder das Ligas que foram criadas em Pernambuco na década de 1950.

¹ Na década de 1940, Josué de Castro ainda foi vice-presidente da Comissão Nacional de Política Agrária e foi nomeado chefe do Serviço Central de Alimentação do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (CARVALHO, 2001).

² Ao longo de sua trajetória, recebeu inúmeros prêmios de mérito literário, científico e humanitário, inclusive o Prêmio Internacional da Paz (1954) e o título de “Cidadão do Mundo”, além de ter sido indicado ao Prêmio Nobel da Paz e ao de Medicina (MARIA DE CASTRO, 2003b).

Logo no primeiro mandato, Josué de Castro presidiu o I Congresso Camponês de Pernambuco, realizado em setembro de 1955, na sede do Clube Náutico Capibaribe, no Recife. O evento marcou a consolidação das Ligas, com a eleição da primeira diretoria do movimento, e possibilitou um evento histórico: a realização da primeira passeata de camponeses na capital. O evento ocorreu logo após a saída de Josué da presidência do Conselho Executivo da FAO, organismo internacional que patrocinou o Congresso, durante o qual três mil delegados camponeses desfilaram em passeata pelas ruas do Recife (SANTIAGO, 2008; 2001).

Além de sua participação nas Ligas, o parlamentar Josué procurou apresentar “uma série de projetos interdependentes sobre os problemas agrários do Brasil” (MARIA DE CASTRO, 2003, p. 33). Seu discurso pairava na necessidade da reforma agrária, um “imperativo nacional” na sua concepção.³ No seu primeiro mandato, entre as propostas apresentadas estava o “Programa de 10 pontos para vencer a fome”, onde clamava por uma reforma agrária baseada na distribuição de terras, na agricultura de sustentação, no uso racional dos solos, e no incentivo à pequena propriedade. Em geral, os pontos pregavam o “combate ao latifúndio” e à “monocultura em largas extensões”, o “aproveitamento racional de todas as terras cultiváveis para agricultura de sustentação”, o cultivo em sistema de policultura, e o “financiamento bancário adequado e suficiente da agricultura” (Id., *Ibid.*, p. 34-35).

A preocupação com a questão agrária e com a causa camponesa, sua ligação com os movimentos operários, comunistas, e até com o empresariado, alavancaram sua reeleição em 1958. A partir desta frente ampla, Castro somou mais de vinte mil votos somente no Recife. Tornou-se o deputado federal mais votado do Nordeste e atribuiu sua vitória a vontade do povo: “Sabe a que devo essa vitória? Ao povo votando numa ideia, a luta contra a fome” (Id., *Ibid.*, p. 33). Procurando atender o eleitorado, Josué apresentou o projeto de lei Nº 11, de 1959, defendendo “desapropriações por interesse social”, que, na prática, era uma proposta de reforma agrária, principal vetor de combate à fome na sua perspectiva.

O projeto consistia numa série de leis que deveria regular problemas, tais como a desapropriação das terras, os arrendamentos rurais, os contratos de trabalho e vários

³ Vide o artigo: CASTRO, J. A reforma agrária: um imperativo nacional. *Revista do Clube Militar*. Rio de Janeiro, n. 152, 1958.

outros aspectos complementares da tenença da terra. De acordo com suas palavras: “Não se deve, pois, conceber a reforma agrária como simples expediente primário de desapropriação e redistribuição da propriedade, mas sim como um instrumento técnico de utilização racional da terra na defesa do bem estar coletivo” (CASTRO *apud* MARIA DE CASTRO, 2003, p. 36).

Josué defendia uma reforma agrária centrada na indenização pelo valor histórico e não venal de terras desapropriadas, e na obrigatoriedade da agricultura de subsistência. Mesmo com seu empenho, não obtivera a aprovação de seus projetos de redistribuição de terras. Uma grande oportunidade para isso ocorreu em 1963, quando quase assumiu o Ministério da Agricultura no governo João Goulart, mas setores do seu partido, o PDT, agiram contra sua nomeação. De acordo com Darcy Ribeiro, então Chefe da Casa Civil, a “mediocridade militante do partido” não permitiu, alegando que Josué vivia mais no exterior do que no Brasil.⁴

Embora tenha se decepcionado com a falta de espírito público testemunhado na Câmara, Josué manteve a coerência com sua obra intelectual (MELO & NEVES, 2007). Posicionou-se contra as armas atômicas; criticou o modelo de desenvolvimento adotado por Juscelino Kubitschek que se voltava ao Centro-Sul e à indústria em detrimento a agricultura; apoiou a Revolução Cubana; e criticou o imperialismo norte-americano e sua Aliança para o Progresso. Josué apoiava o pan-americanismo, pois, segundo suas palavras tratava-se de uma “política de emancipação do jugo do colonialismo” (CASTRO *apud* MARIA DE CASTRO, 2003, p. 34) construída pelos próprios países latino-americanos para superação de seus problemas.⁵

No parlamento, propôs políticas públicas e reformas. Em outros espaços, realizou conferências e participou de comícios e passeatas a favor dos mais desfavorecidos. Seus mandatos ficaram marcados por interesses populares, apoiando políticos dessa mesma linha, como Francisco Julião, cuja trajetória será lembrada na sequência à luz das Ligas Camponesas no contexto pré-Golpe Militar de 1964. Neste momento, ocorreu a ligação

⁴ In: JOSUÉ DE CASTRO – Cidadão do Mundo. Direção de Sílvio Tandler. Rio de Janeiro: Bárbara Produções, 1995. 50 min., p&b/color.

⁵ Ainda sobre sua atuação política, Josué manifestou-se a favor da criação da Comissão Parlamentar de Inquérito de 1957 sobre a SAPS que ele próprio criou, e condenou manobras contra a posse de João Goulart, participou de frentes parlamentares, apoiou a criação da Universidade de Brasília, e também apresentou o projeto de regularização da profissão nutricionista, em 1957, mas que não fora aprovado (BIZZO, 2009).

mais amiúde entre Josué e Julião, ambos lutando pelas Ligas e por uma reforma agrária no Brasil como instrumento político essencial para o desenvolvimento da nação.

FRANCISCO JULIÃO – O ADVOGADO, O INTELLECTUAL E O ATIVISTA CONTRA O LATIFÚNDIO E A FAVOR DA LIGAS CAMPONESAS

Francisco Julião Arruda de Paula nasceu em Bom Jardim, em 1915, Zona da Mata de Pernambuco. Era filho de uma família de senhores de engenho, e desde a infância enxergou as dissonâncias sociais do seu entorno espacial, assistindo a miséria entre os camponeses alijados dos meios de produção frente à monocultura da cana-de-açúcar. Em 1939, Julião concluiu seu curso de Direito no Recife, instalando na cidade um escritório. A partir da leitura de obras teológicas, marxistas e do pensamento social brasileiro, o advogado começou a refletir e engajar-se pela causa camponesa. Já em 1945, notabilizou-se por uma declaração em defesa dos trabalhadores rurais, chamada de “Carta aos foreiros de Pernambuco” (SANTIAGO, 2001).

Anos depois, Julião ganharia ressonância nacional, e, até internacional, na defesa das Ligas Camponesas, que segundo o próprio advogado, não foram por ele fundadas, mas sim, defendidas quando os trabalhadores os procuraram (JULIÃO, 1962). Desta aproximação, o advogado das Ligas acabou virando político, escreveu livros sobre a vida do trabalhador rural e recebeu apoio de setores progressistas, inclusive de ilustres intelectuais, como Josué de Castro, que, conforme visto, lutou por uma reforma agrária como solução ao problema da fome no Brasil.

As Ligas Camponesas surgiram no Engenho Galileia, no município de Vitória de Santo Antão, na Zona da Mata de Pernambuco, na década de 1950. Há muitas versões sobre a criação da Liga da Galileia. Uma muito divulgada, inclusive por Josué de Castro no livro *Sete Palmos de Terra e um Caixão* (1965), como será visto mais adiante, atribuiu à entidade um caráter de assistência fúnebre, centrada em arrecadar recursos para enterrar os mortos, então transportados em caixões emprestados e depositados em vala comum. Dessa “reivindicação dos mortos” (CASTRO, 1965), as Ligas passaram a reivindicar melhores condições de vida e trabalho aos seus membros, tornando-se organizações rurais de conscientização política voltadas ao direito à terra.

Outra versão, também bastante lembrada, atribuiu à entidade finalidades mais amplas, contando com assistência educacional, médica e agrícola aos seus membros, e tendo como presidente de honra o próprio dono do engenho, Oscar de Arruda Beltrão. De acordo com a história, o filho de Oscar reagiu a criação da Liga da Galileia, forçando a saída dos trabalhadores a partir do aumento do foro. Os camponeses reagiram contra o aumento da renda da terra e contra as ameaças de expulsão. Naquele instante, surgiu a figura de Julião para defendê-los contra o “cambão”, um regime de trabalho dos mais perversos onde se trabalhava por até três dias da semana para o senhor da terra sem receber vencimento; e contra também ao pagamento anual abusivo do “foro”, que dava o direito ao camponês em explorar a terra (SANTIAGO, 2001; ANDRADE, 1998).

Ainda segundo as duas versões da história, Julião aprofundou sua relação com os camponeses da Galileia em 1948, quando os foreiros de condição foram demitidos e ameaçados de despejo. Naquela época, a ausência de leis trabalhistas não obrigavam o empregador a prestar qualquer ressarcimento aos camponeses. Sob ameaça policial, os trabalhadores foram avisados que teriam que deixar seus mocambos em dois meses. Tomados pelo sentimento de injustiça, os camponeses, representados pelo seu líder Zezé da Galileia decidiram buscar ajuda legal, encontrando, paradoxalmente, num filho de senhor de engenho - Julião, o apoio necessário na luta por direitos e território - a terra (GALILEIA, 2017).

Cada vez mais envolvido com os camponeses, Julião acabou tornando-se bastante popular no meio rural, ao ponto de se candidatar a deputado estadual nas eleições de 1954 pelo Partido Socialista Brasileiro – PSB. Como visto, foi eleito, e o amigo Josué também, percebendo que pela via política poderia legitimar a luta dos camponeses pelo direito à terra. Em 1º de janeiro de 1955, houve a criação da *Sociedade Agrícola e Pecuária de Plantadores de Pernambuco* – SAPP por los foreiros do Engenho Galileia, uma entidade assistencialista que procurava auxiliar seus membros em questões diversas, e não somente fúnebres. Reconhecida em cartório, a sociedade assumiu uma condição de movimento rural, com Julião e os camponeses Zezé da Galileia e João Firmino, liderando 140 famílias instaladas em 503 ha de terra de um engenho em “fogo morto” (SANTIAGO, 2004).

A imprensa, os parlamentares, e os setores conservadores batizaram a sociedade de “liga”. À época, temia-se que a sociedade fosse a reedição de outras ligas que, entre 1945 e 1947, proliferaram na periferia do Recife e nas cidades circunvizinhas, sob a influência

do então Partido Comunista do Brasil – PCB. Apesar de certa influência, a Liga da Galileia tinha seus próprios objetivos e independência, procurando autonomia frente aos posicionamentos de outros setores da esquerda, de movimentos ligados ao Estado e dos interesses da Igreja no campo.⁶ Com esse isolamento político e clamando uma reforma agrária radical no Brasil, as Ligas foram se expandindo pelo interior pernambucano, agregando outros trabalhadores rurais, que passaram a apoiar Julião.⁷ Não por acaso, em 1958, Julião fora reeleito com expressiva votação, na legenda do PSB, fazendo uma “dobradinha” com Josué de Castro, reeleito deputado federal pelo PTB, conforme visto antes.

Com a aprovação nas urnas, os deputados e os camponeses também puderam comemorar a aprovação da proposta de desapropriação do Engenho da Galileia, em 1959, pelo Governador Cid Sampaio, com base no projeto de Julião (MELO & NEVES, 2007). A concessão das terras trouxe notoriedade aos galileus, transformando o primeiro núcleo das Ligas Camponesas num símbolo da reforma agrária e precursora dos atuais movimentos de luta pela terra no Brasil, conforme ressalta Stédile (2002). Em fotografia emblemática colhida no dia da desapropriação do Engenho Galileia, observa-se numa elevação Josué de Castro discursando ao microfone, e, ao lado dele, com as mãos cruzadas e cabelos ao vento, Francisco Julião (Figura 01).

A vitória da Liga da Galileia estimulou essas lideranças a seguirem na mobilização em favor de uma reforma agrária radical que atendesse às reivindicações camponesas em conjunto. Nesse instante, numerosos núcleos das Ligas foram criados em Pernambuco. Julião sabia como arregimentar os camponeses, envolvendo-os em reuniões públicas onde utilizava-se de palavras de luta e pregações cristãs. Segundo Santiago (2008), Julião levava o Código Civil numa mão e a Bíblia na outra, contemplando tanto o legalismo quanto a religiosidade do camponês. No seu trabalho de conscientização, também fez uso

⁶ De acordo com Santiago (2004), esse isolamento político das Ligas Camponesas devia-se às relações tensas entre Francisco Julião e o PCB. A proposta dos comunistas para fusão das Ligas com a União dos Lavradores e Trabalhadores Rurais do Brasil (Utalb) não foi aceita por Julião. A relação piorou no I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, realizado em Belo Horizonte, em 1961, quando a ideia de reforma agrária radical, defendida pelas Ligas, derrotou as posições mais moderadas da Utalb e dos comunistas. À época, a Igreja também já vinha insistindo na sindicalização dos assalariados rurais, o que também enfraquecia as Ligas. Posicionadas contrariamente ao então pensamento hegemônico da esquerda brasileira, as Ligas se isolaram às vésperas do Golpe de 1964, tornando-se mais vulneráveis.

⁷ Até 1961, 25 núcleos foram instalados em Pernambuco, com predominância na Zona da Mata e Agreste, e em menor número no Sertão. Dentre estes núcleos, destacaram-se os de Pau d’Alho, São Lourenço da Mata, Goiana e Vitória de Santo Antão, nas circunvizinhanças da capital Recife (SANTIAGO, 2001; 2004).

de contos, romances, literatura de cordel, cânticos de feira e de seus textos em prosa, como o *Guia do camponês*, a *Cartilha do camponês* e o *ABC do camponês*, no qual registrou que “a união é o primeiro passo” para “todos que não têm terra”.

Com esses métodos de arregimentação social, Julião e seus companheiros de luta atraíram mais e mais camponeses, começando a obter repercussão nacional e a despertar o interesse da imprensa e dos meios políticos. O movimento passou a sofrer acusações e ameaças de subversão da ordem e desrespeito ao princípio sagrado da propriedade privada pelas elites político-econômicas (MONTENEGRO, 2004). Mesmo coagido, o movimento ultrapassou as fronteiras de Pernambuco a partir de 1959, com a fundação da primeira Liga Camponesa paraibana, em Sapé, tendo como liderança João Pedro Teixeira, que viria a ser assassinado por um latifundiário local, em 1962. A saga de João Pedro e de sua família durante o Golpe Militar de 1964 foi registrada no premiado vídeo-documentário *Cabra Marcado para Morrer* (1984), do diretor Eduardo Coutinho.⁸

Ainda em 1959, as Ligas também alcançaram outros estados, como o Rio de Janeiro e o Paraná. Eram associações de caráter civil e voluntário, baseadas em estatuto e registradas em cartório, que atendiam diversos trabalhadores rurais (foreiros, meeiros, arrendatários e pequenos proprietários), ofertando assistência jurídica, médica e também a autodefesa dos seus membros em casos de expulsão das terras sem indenização. Dada sua popularidade, em 1961, as Ligas chegaram a organizar comitês em dez estados do Brasil, alcançando o ápice de seu prestígio com a eleição de Julião para deputado federal, em 1962. A música de campanha tinha os seguintes versos: “Operário sem pão / camponês sem-terra / panela vazia / tambor de revolução / [...] Viva a reforma agrária radical / com Francisco Julião” (SANTIAGO, 2004).

Neste mesmo ano, Julião escreveu o livro *Que são as Ligas Camponesas* (1962), onde deixou claro a preocupação em apresentar as linhas mestras de uma reforma agrária capaz de atender às aspirações e necessidades do campesinato. Segundo suas palavras, “o projeto existe, mas só a revolução social pode fazer vingá-lo” (JULIÃO, 1962, p. 9-10). Naquele instante, o temor das elites pairava nesta “revolução social”, expandindo-se com

⁸ João Pedro Teixeira, líder da Ligas Camponesas na Paraíba foi assassinado em 02 de abril de 1962 por um latifundiário de Sapé. Com o Golpe Militar de 1964, sua esposa, Elizabeth Teixeira, passou a se refugiar em São Rafael, no Rio Grande do Norte. Antes, parte da família chegou a abrigar-se na casa de Francisco Julião, no Recife. O documentário “*Cabra marcado para morrer*” (1984), do diretor Eduardo Coutinho, narrou a tragédia e a diáspora da família Teixeira, trazendo à luz imagens do Engenho Galileia, onde à época estava sendo rodado um filme sobre as Ligas e que foi abruptamente interrompido pelo Golpe, com os soldados confiscando o material de filmagem, prendendo camponeses e derrubando seus mocambos.

a projeção da imagem das Ligas, inclusive internacionalmente. O imperialismo norte-americano, então, preocupou-se com o Nordeste brasileiro. A imprensa e políticos saxões alertaram para os perigos de novos focos revolucionários na América Latina. Não queriam assistir outra Revolução Cubana (1959) no continente.



Figura 01: Francisco Julião com Josué de Castro durante desapropriação do Engenho Galileia, em Vitória de Santo Antão, em 1959.

Fonte: Acervo do Centro de Estudos e Pesquisas Josué de Castro.

O medo sobre as Ligas transformaram o Nordeste numa “nova Cuba”, e Julião num “novo Fidel”. Em 1960, o *The New York Times* publicou uma série de matérias sobre as Ligas, destacando Julião como “agitador” e apontando a gravidade econômica e social da região. Figuras ilustres visitaram os camponeses em Pernambuco, como Jean-Paul Sartre e o irmão do presidente norte-americano, o senador Edward Kennedy, que esteve no Engenho Galileia, a fim de tomar conhecimento se as Ligas eram ou não revolucionárias (GALILEIA, 2017).⁹

⁹ Em seu livro de memórias sobre as Ligas Camponesas, Zito da Galileia (2017), neto do líder camponês Zezé da Galileia, rememora que o irmão do então presidente norte-americano John Kennedy, o senador Edward Kennedy visitou o Engenho Galileia, interessando-se em ajudar os camponeses. Os trabalhadores rurais lhe pediram a retirada dos policiais daquelas terras, que foram desapropriadas em 1959, mas houve divergências quanto ao assentamento, levando à discordância entre os galileus e o então governador de Pernambuco, Cid Sampaio. Daí a presença de policiais. Edward não se envolveu neste imbróglio, mas enviou um gerador de energia para os camponeses. O gerador nunca foi utilizado, pois não havia rede de eletrificação no engenho. Como artefato da memória, o antigo motor encontra-se exposto no Galileia.

O temor do imperialismo *yankee* justificava-se. Em 1957, Julião visitou a União Soviética, como membro da Comissão Econômica Parlamentar brasileira. Em 1961, em comitiva do Presidente Jânio Quadros, Julião visitou Cuba, tornando-se um entusiasta da Revolução. Dessa época surgiu o lema das Ligas Camponesas: “Reforma agrária na lei ou na marra” (ou “com flores ou com sangue”). A ligação de Julião com Cuba levou as Ligas ao seu período de maior radicalização (SANTIAGO, 2004). Logo, aumentaram as acusações à Julião de “agitador”, termo que ele próprio se definia. No seu livro *Cambão – a cara oculta do Brasil* (1968), escreveu: “Agitador, sim! Como é possível conceber a vida sem agitação? [...] O crime não está em agitar, mas em permanecer imóvel”.

O agitador Julião recusava-se a pegar em armas e negava a revolta armada por parte das Ligas. Contudo, um segmento das Ligas era favorável a guerrilha, inclusive a própria mulher de Julião, Alexina Crespo, que também participava da direção das Ligas. No idos dos anos 1960, ela viajou à Cuba, conversou com Fidel Castro e chegou a ter treinamento em guerrilha. Ela também chegou a pedir armas ao líder da Revolução Chinesa, Mao Tsé-Tung. Em entrevista ao Diário de Pernambuco, de 31 de março de 2004, Alexina afirmou que as Ligas possuíam oito dispositivos de guerrilhas em estados brasileiros, mas que foram desbaratados pelas Forças Armadas nas vésperas do Golpe Militar de 1964.¹⁰

A pressão exercida pelas Ligas e por outros movimentos rurais resultou na criação da Superintendência da Reforma Agrária – SUPRA, no governo João Goulart, que chegou a iniciar a tentativa de reforma agrária, por um decreto que autorizava a desapropriação de terras numa faixa de 20 km ao longo de rodovias (OLIVEIRA, 1994). Contudo, no início de 1964, o cenário político brasileiro mostrava-se bastante conturbado. Ainda em 1961, o presidente Jânio Quadros renunciou, e seu sucessor, João Goulart, acabou sendo deposto, com os militares subvertendo a ordem e tomando o poder com o auxílio da geopolítica norte-americana. Eles tomaram o poder alegando que o Brasil sofria “a ameaça de um regime totalitário comunista”. Com o Golpe Militar, abandonou-se a reforma agrária, Julião foi acusado de “notório comunista” pelo regime, e seu cargo de deputado cassado. O líder das Ligas Camponesas exiliou-se no México. Nas vésperas do Golpe, contudo, Julião teve um novo contato com Josué, que lhe pediu informações sobre as Ligas para escrever um livro sobre a “área explosiva” do Nordeste brasileiro.

¹⁰ In: FRANCISCO JULIÃO, as Ligas e o golpe militar de 1964. *Diário de Pernambuco – Caderno Documento*. Recife, 31 de março de 2004.

JOSUÉ, JULIÃO E AS LIGAS: R-EXISTÊNCIAS CAMPONESAS NO CONTEXTO DO GOLPE DE 1964

Entre outubro de 1962 e fevereiro de 1964, Josué de Castro escreveu o livro *Sete palmas de terra e um caixão - ensaio sobre o Nordeste, área explosiva* (1965), contando com a colaboração do sociólogo Alberto Passos Guimarães. O livro foi escrito por encomenda da editora norte-americana *Random House*. Os norte-americanos estavam inquietos com a ameaça comunista do Nordeste brasileiro através do movimento rural das Ligas Camponesas. Segundo Josué: “Falava-se delas como se fôsse o próprio Apocalipse e de Julião, como se fôsse o Anticristo” (CASTRO, 1965, p. 34). As Ligas assustavam os latifundiários da região, “[...] como se fossem uma espécie de dragão ameaçando engolir toda a terra dos grandes proprietários do Nordeste e destruir a paz, a ordem e a riqueza que sempre gozaram esses proprietários tão amantes da ordem” (Id., *Ibid.*, p. 33-34).

Dada às repercussões negativas das Ligas, solicitaram os norte-americanos o livro ao mais eminente intelectual brasileiro da época, que então mantinha contato com as Ligas, e, sobretudo, com seu líder Francisco Julião, conforme visto antes. *Sete palmas...* foi publicado originalmente nos Estados Unidos, com o título *Death in the Northeast*, e descreve a situação do Nordeste agrário na década de 1960, notadamente, o quadro de miséria e fome que assolava a vida dos camponeses do Engenho Galileia frente ao latifúndio monocultor da cana-de-açúcar.

O relato do livro revela-se de sintomático valor histórico por ter sido escrito no calor dos acontecimentos, na ebulição dos eventos ocorridos com Julião e camponeses no agitado período antecedente ao Golpe Militar no Brasil. Buscando colher relatos mais detalhados para seu escrito, Josué de Castro enviou uma carta a Francisco Julião, em 04 de janeiro de 1964, para subsidiar a primeira e última parte do livro que tratam justamente da atuação das Ligas no Nordeste brasileiro, que poderia se transformar numa região perigosa, numa “área explosiva”:

Meu caro Julião, [...] estou escrevendo um livro, “Nordeste – área explosiva”, e queria muito dispor do máximo material a respeito das Ligas Camponesas e de sua ação nesse movimento de libertação dos camponeses nordestinos. [...] Peço que me envie tudo o que puder, seja por correio aéreo, seja por um portador de confiança, seja entregando ao seu colaborador da ASCOFAM Ajax Pereira. [...] Com os melhores votos de confiança para 1964 e os agradecimentos antecipados do amigo de sempre – Josué de Castro (MELO & NEVES, 2007, p. 158).

O livro trata-se de uma síntese da questão agrária na visão de Josué, onde o geógrafo denunciou a escravidão da terra e do homem, ambos submissos a uma elite político-econômica conservadora a serviço dos grandes grupos econômicos e ao mercado externo. O título *Sete Palmos de Terra e um Caixão* emanou de uma expressão de origem popular muito utilizada por Julião (SANTIAGO, 2008), e aludiu ao sofrimento no Nordeste como o traço mais marcante na região. Segundo Josué, a região era uma “terra de sofrimento”, com a morte manifestando-se como fator social constante, revelando uma “paisagem defunta” (CASTRO, 1965) modelada pelas expressões de fome e miséria.

À luz deste contexto, Josué destacou a gênese e os objetivos das Ligas Camponesas, que, inicialmente, surgiu como uma sociedade mutualista funerária, e, depois, como uma organização de massa rural centrada na conscientização política do camponês frente às perversidades engendradas pelos senhores da terra da Zona da Mata pernambucana. Assim, os primeiros passos desta tomada de consciência centravam-se na “reivindicação dos mortos” (CASTRO, 1965), um reclamo das Ligas por um fundo funerário, que se seguiu pela luta dos camponeses contra o “cambão” e contra a expulsão das terras onde nasceram e criaram vínculos identitários.

Chama atenção no livro, a leitura que Josué realizou sobre as Ligas, contando com a colaboração de Julião, onde se percebe um olhar amiúde do modo de vida do camponês, de sua ligação indissociável com a terra, não obstante as mazelas e sofrimento enfrentados no trabalho esfalfante e na ameaça constante da seca, da polícia e da fome. Josué ressaltou “a escravidão do homem e da terra, submetidos incondicionalmente a serviço da ambição dos grandes senhores feudais” (Id., Ibid., p. 26), mas, também exaltou “[...] que nenhum povo do mundo se mostra mais enraizado à terra, mais profundamente ligado ao seu solo natal do que o povo do Nordeste” (Id., Ibid., p. 32). “É como se êle não pudesse viver longe dela, exilado dêste amor”, complementa o geógrafo (Id., Ibid., p. 32).

A partir desta identidade com a terra do Engenho Galileia, a luta libertadora dos camponeses descrita por Josué preconizou um “movimento de r-existências” (PORTO-GONÇALVES, 2005) no Nordeste brasileiro, imerso na resistência dos galileus por seu território e por seu modo de vida marcado por laços de solidariedade, por um forte apego religioso e por uma relação amiúde com a natureza. O movimento de r-existências era triplo, centrava-se na garantia a um enterro digno e a um território mítico - o céu - quando da morte de algum galileu; na resistência dos camponeses frente ao latifúndio monocultor

e às explorações de trabalho; e na sobrevivência e identidade dos trabalhadores rurais no seu território de vivência, que começaria pela luta à terra através da reforma agrária.

Com efeito, o território da Galileia encontrava-se imerso em referências materiais e imateriais subjacentes às racionalidades próprias do pensar, sentir e agir do universo camponês. Dentro das relações de vizinhança, parentesco e compadrio desenvolvidas pelos galileus, também havia ligações mais próximas e harmônicas com a natureza, imbuídas de uma religiosidade estimulada pelo próprio Julião como ferramenta de conscientização política dos camponeses, fazendo-os compreender que “o direito à terra era sagrado”. Logo, a apropriação do território pelos galileus diferenciava-se da apropriação conduzida pelos latifundiários, cujas racionalidades estavam subjacentes à razão econômica, e, assim, à exploração doentia dos recursos naturais e à expropriação perversa da massa trabalhadora.

Após o contato para feitura do livro *Sete Palmas...*, Josué e Julião tomaram destinos diferentes com a efetivação do Golpe de Militar, em 31 de março de 1964. Os nomes dos dois estavam na primeira lista de cassações do Ato Institucional número 1 (AI – 1). Foram considerados subversivos, comunistas e agitadores sociais. Julião foi preso em Goiás e passou o exílio no México. Sua primeira esposa Alexina Crespo e seus filhos sofreram uma verdadeira diáspora a partir de 1962. Julião os enviou para o exterior devido às ameaças recebidas.¹¹ Josué demitiu-se do cargo de embaixador em Genebra e exiliou-se na França junto com sua família. Isoladas politicamente e fragilizadas na resistência, as Ligas Camponesas foram sufocadas, os líderes assassinados, presos e exilados.

Das principais lideranças de esquerda, Julião foi o único que permaneceu no Brasil após o Golpe, procurando articular pessoas e grupos para resistência. Chegou a escrever um manifesto ao escritor Eduardo Galeano, que foi publicado no semanário “A Marcha” do Uruguai, onde convocou o povo a defender a Constituição com “armas na mão”. Contudo, cassado, pouco pode fazer. Foragido e disfarçado como camponês e pastor

¹¹ Francisco Julião teve quatro filhos com Alexina Crespo, com quem foi casado por duas décadas. Os filhos são Anailde, Anatailde, Anatólio e Anacleto. Em 1962, diante das ameaças, Julião enviou suas filhas para União Soviética, mas devido a dificuldade da língua, o frio intenso e a rudeza dos funcionários russos, elas acabaram sendo enviadas para Cuba junto com os irmãos Anatólio e Anacleto. Também foram Luiz Albino, filho de um vizinho de Julião, e Isaac Teixeira, filho de João Teixeira, das Ligas Camponesas de Sapé. Em 1971, procurando conseguir passaporte para voltar ao Brasil, a família seguiu para o Chile, mas todos tiveram seus pedidos de volta negados. Com o Golpe Militar no Chile, em 1973, Alexina foi presa e depois solta pela embaixador da Suécia, Harold Edelstam. Anatólio, casado com uma mexicana, passou a residir no México. Os outros filhos e Alexina foram para a Suécia. Anatólio depois foi para a Suécia. Somente em agosto de 1979, com a anistia política, a família retornou ao Brasil (SANTIAGO, 2001; 2004).

protestante, rumou para Minas Gerais, e, em seguida, para Goiás. Foi preso três meses depois quando denunciado por um cabo eleitoral de João Cleofas, derrotado por Miguel Arraes em 1962 para o governo de Pernambuco (SANTIAGO, 2004).

Julião foi encaminhado a 2ª Companhia de Guardas, no Recife. Entre os colegas de infortúnio estava Arraes. Foi solto após 18 meses. Neste período, teve uma filha com sua segunda esposa Regina de Castro, chamada Izabela. No cárcere, Julião escreveu um livro – “Até quarta, Izabela!” (1964). O “quarta” era o dia das visitas na prisão, dia que ele recebia sua filha. O livro tratou-se de uma carta de amor do pai para filha. Quando solto encontrou amparo na embaixada do México, e foi neste país, no final de 1965, que passou seu exílio com sua mulher e filha. Viveu em Cuernavaca, onde realizou entrevistas com ex-soldados zapatistas. Separou-se de Regina e casou com uma mexicana, Marta Rosa Julião, com quem teve mais um filho. Julião somente retornou ao Brasil em 1979, quando foi anistiado. De volta ao Recife, foi ao Engenho Galileia. Percebeu que os camponeses estavam se transformando em boias-frias, muito devido ao avanço do capitalismo no campo e da urbanização no país (SANTIAGO, 2004).

Contraditoriamente, em 1986, concorreu a vaga de deputado federal pelo PDT, buscando uma aliança com a direita, com um usineiro que iria disputar o governo de Pernambuco, José Múcio Monteiro, do antigo Partido da Frente Liberal – PFL. A aliança foi feita em nome do “Pacto da Galileia”, onde os latifundiários destinariam 10% de suas terras à reforma agrária. O acordo não foi bem aceito, sobretudo por Miguel Arraes, que seria eleito governador pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB. Julião não conseguiu se eleger (recebeu menos de 4 mil votos), tampouco materializou seu grande desejo – a reforma agrária. O “Pacto da Galileia” foi o maior risco e sacrifício de Julião em busca de garantia de terra aos camponeses que tanto defendeu (GALILEIA, 2017; SANTIAGO, 2004).

Conforme dito, entre 1962 e 1964, Josué de Castro foi embaixador brasileiro em Genebra. Com o Golpe, foi taxado de comunista pelos militares e seus direitos políticos cassados. Em meio a agitação do Golpe, Josué encontrou o poeta Francisco Bandeira de Mello, em Genebra, e exclamou: “Bandeira, Julião foi fuzilado!”. Chorou ao completar a frase. “Foi a primeira vez que o vi chorar”, recordou Bandeira de Mello. “A informação do fuzilamento não era verdadeira, fora uma notícia falsa divulgada pela ditadura e

reproduzida em noticiários locais e internacionais. Mas a reação demonstra o grau de amizade dele com Julião”, ressalta Santiago (2008, p. 83).

Durante o exílio, Josué permaneceu à frente da ASCOFAM, criou a Associação Internacional de Luta contra a Fome, fundou e presidiu o Centro Internacional para o Desenvolvimento – CID, e dirigiu, até sua morte, a Associação Médica Internacional para Estudos e Condições de Vida e Saúde - AMIEV. Nos últimos anos de vida, em Paris, criou o Centro Internacional de Desenvolvimento, participando ativamente do movimento intelectual europeu em defesa do Terceiro Mundo. Foi ainda Professor Associado ao Centro Universitário Experimental de Vincennes (Universidade de Paris VIII), onde ministrou a cadeira Geografia dos Países Subdesenvolvidos (MARIA DE CASTRO, 2003b).¹²

No campo literário, publicou seu único romance, *Homens e caranguejos* (1967), imbuído de reminiscências afetivas do Recife. Josué tinha muita saudade do Brasil. Tentou retornar várias vezes, mas seu visto foi negado sistematicamente. Aos 65 anos, morreu na capital francesa, quando enfim seu corpo pode retornar ao Brasil. “Num dia chuvoso de setembro de 1973, sob o discurso inflamado de Barbosa Lima Sobrinho, outro ilustre pernambucano, Josué Apolônio de Castro foi enterrado no cemitério carioca São João Batista, sem grandes cerimônias oficiais” (MARIA DE CASTRO, 2003, p. 89).¹³

Quando se fazia 20 anos da morte de Josué, já no período da redemocratização brasileira, Francisco Julião homenageou o velho amigo, com um poema de cordel escrito em 1993, onde externou mais uma vez a relação próxima entre os dois intelectuais, políticos e ativistas sociais. Vide alguns versos deste cordel:

[...] Josué de Castro disse / Com coragem e ousadia / O que há cinquenta anos / Alguém no Brasil não dizia / Josué de Castro foi / Quem destampou a panela / Da pobreza e da miséria / Para ver o que havia nela / [...] Cobra de quem pode dar / E de quem se nega a isso / Porque não se mata a fome / Com chocadeira e feitiço / Mas, sim, mexendo na terra / Mudando todo o sistema / Pondo fim ao latifúndio / Estourando esta postema / [...] Josué, nosso profeta / Quis redimir o seu povo / Quis dar pão a todo mundo / E fazer um mundo novo.¹⁴

¹² Afora essas funções, Josué também foi membro participante de inúmeras associações científicas na Europa, nos Estados Unidos e na União Soviética, organizando e participando de inúmeras conferências e seminários pelo mundo afora. Também foi docente de pós-graduação no Instituto de Altos Estudos para a América Latina da Universidade de Paris I (MARIA DE CASTRO, 2003b).

¹³ Josué de Castro deixou viúva Glauce Pinto de Castro, com quem casara em 1934, e três filhos, Josué Fernando de Castro (economista), Anna Maria de Castro (socióloga), e Sônia de Castro Durval (geógrafa).

¹⁴ In: JULIÃO, F. *Josué, nosso profeta* (poema de cordel). Rio de Janeiro, 23 de setembro de 1993.

Dois anos depois, em depoimento ao documentário *Josué de Castro – Cidadão do Mundo* (1995), do cineasta Sílvio Tandler, novamente Francisco Julião recordou o amigo, destacando que Josué era “[...] não somente um grande cientista social, um nutricionista, mas era um homem de uma grande sensibilidade, de um grande humanismo”. E, mais,

[...] ele encarou a questão da fome como um problema que ultrapassava os limites de um homem preocupado mais com Literatura... Ao invés de escrever romances, como fez José Lins do Rêgo, Raquel de Queiroz, Graciliano Ramos, ele preferiu fazer ciência para descobrir os métodos de resolver os problemas da fome.¹⁵

Pouco depois desta última homenagem ao amigo, Julião veio a falecer. Após as eleições de 1986, marcadas pelo “Pacto da Galileia”, Julião retornou ao México, onde passou os últimos anos de vida. Morreu em julho de 1999, aos 84 anos. Foi cremado e por lá estão suas cinzas (SANTIAGO, 2004). Numa situação de quase esquecimento e penúria, o grande líder camponês faleceu. Contudo, nas últimas décadas, uma série de escritos foram publicados rememorando sua trajetória e a das Ligas, concebendo-os como precursores da luta camponesa e da reforma agrária no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Contemporâneos e combatentes das injustiças no campo brasileiro, Josué de Castro e Francisco Julião mantiveram uma relação próxima entre os anos de 1954 e 1964, lutando conjuntamente pelos direitos dos camponeses na luta pela terra. Intelectuais, políticos e ativistas, Josué e Julião eram homens progressistas, defensores das revoluções sociais, da reforma agrária, dos povos tradicionais da América Latina, e, assim, dos trabalhadores rurais do Engenho Galileia. Foram ativistas que se colocaram contrários ao latifúndio monocultor a serviço do mercado externo, ao imperialismo norte-americano, às políticas de desenvolvimento que negligenciavam à agricultura, à fome e à miséria. Propuseram projetos e soluções nas câmaras de deputados, externaram seus ideais em livros e ensaios, nos palanques e nos diálogos com grandes lideranças políticas e científicas do século passado. Trabalharam para um país melhor, para um projeto de “novo Brasil”.

A ditadura militar cassou seus direitos, exilando-os e banindo suas obras para as gerações vindouras. Malgrado o período de ostracismo imposto pelo golpe, que tentou

¹⁵ Depoimento de Francisco Julião no vídeo-documentário: JOSUÉ DE CASTRO – Cidadão do Mundo. Direção de Sílvio Tandler. Rio de Janeiro: Bárbara Produções, 1995. 50 min., color.

distorcer a história e esconder os feitos destes indivíduos para a sociedade de então, observa-se, nas últimas décadas, um esforço em recuperar os papéis exercidos por esses sujeitos, que ainda se mostram vivos, especialmente à luz do pensamento social brasileiro e entre as organizações sociais do campo. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST revela-se como herdeiro da luta e resistência camponesa do Engenho Galileia, como também do engajamento político e social de Josué e Julião. Segundo João Pedro Stédile, o surgimento do MST entre 1979 e 1984, levou em consideração a luta de organizações passadas e os projetos sociais dos seus ativistas. “As experiências das Ligas e as conversas com Julião e outros dirigentes das Ligas que ainda estavam vivos, como Clodomiro Morais, os livros dos mestre Manuel Correia de Andrade, de Josué de Castro, nos ajudaram muito”, ressaltou o líder do MST.¹⁶

Os próprios herdeiros das Ligas Camponesas também enaltecem o engajamento e pioneirismo dos seus líderes rurais e políticos de outrora. No território do atual Engenho Galileia, em meio as pequenas lavouras das mais de 150 famílias que lá residem, há um memorial dedicado à recordar as Ligas, seus personagens-símbolos, os eventos ocorridos, e os objetivos alcançados pela organização. Há fotografias, livros, a casa-grande do engenho, o gerador doado por Edward Kennedy que nunca foi usado, e a atual sede da associação na casa do antigo líder Zezé da Galileia.

Na frente da sede há um monte, o mesmo onde Josué e Julião estiveram discursando no dia da desapropriação das terras do engenho, em 1959 (vide a figura 01). Os visitantes sempre são ensinados sobre esse dia libertário e sobre a presença destes dois agitadores sociais no elevado. Trata-se de um espaço simbólico para os galileus, marcado pelas “presenças de ausências” (CERTEAU, 2005) de Josué e Julião. Daí mais um traço da re-existência dos camponeses da Galileia, a de rememorar àqueles que resistiram e se engajaram por seus direitos, modos de vida e sentimentos de pertencimento a um território – as terras do histórico Engenho Galileia.

¹⁶ Depoimento de João Pedro Stédile, líder do MST, ao Diário de Pernambuco, de 31 de março de 2004. Stédile organizou um livro sobre *A questão agrária no Brasil – história e natureza das Ligas Camponesas – 1954-1964* (2012), onde há artigos de Clodomiro Morais, Bernadete Rued, Joseph A. Page, e Vandeck Santiago sobre as suas distintas pesquisas a propósito das Ligas Camponesas no Nordeste brasileiro.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, M. C. de. *A terra e o homem no Nordeste* - contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 6 ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1998.
- BIZZO, M. L. C. Ação política e pensamento social em Josué de Castro. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi – Ciência Humana*, Belém, v. 4, n. 3, p. 401-420, set-dez, 2009.
- CARVALHO, A. A. T. de. *Josué de Castro na perspectiva da Geografia brasileira – 1934-1956: uma contribuição à historiografia do pensamento geográfico nacional*. Dissertação (Mestrado). Centro de Filosofia e Ciências Humanas – UFPE, 2001.
- CASTRO, J. de. *Homens e Caranguejos*. São Paulo: Brasiliense, 1967.
- _____. *Sete palmas de terra e um caixão*. São Paulo: Brasiliense, 1965.
- _____. A reforma agrária: um imperativo nacional. *Revista do Clube Militar*. Rio de Janeiro, n. 152, 1958.
- _____. *Geopolítica da fome* – ensaio sobre os problemas de alimentação e de população do mundo. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1951.
- _____. *Geografia da fome* – o dilema brasileiro: pão ou aço. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1946.
- CERTEAU, M. DE. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.
- FRANCISCO JULIÃO, as Ligas e o golpe militar de 1964. *Diário de Pernambuco – Caderno Documento*. Recife, 31 de março de 2004.
- GALILEIA, Z. da. *A história das Ligas Camponesas* – testemunho de quem viveu. Recife: CEPE, 2017.
- JULIÃO, F. *Josué, nosso profeta* (cordel). Rio de Janeiro, 23 de setembro de 1993.
- _____. *Cambão* – a face oculta do Brasil. Recife: Bagaço, 2009 [1968].
- _____. *Até quarta, Izabela!* Recife: Editora Guararapes, 1979 [1964].
- _____. *Que são as Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.
- LINHARES, M. Y. L. “Biografia”. In: FERNANDES, B. M.; PORTO-GONÇALVES, C. W. (Orgs.). *Josué de Castro: vida e obra*. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- MARIA DE CASTRO, A. (Org.). Josué de Castro – semeador de ideias. *Cadernos do ITERRA*, ano II, n. 1, setembro, 2003.
- _____. (Org.) *Fome, um tema proibido* – últimos escritos de Josué de Castro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003b.
- MELO, M. M. de; NEVES, T. C. W. (Orgs.). *Perfis Parlamentares 52: Josué de Castro*. Brasília: Plenarium, 2007.
- MONTENEGRO, A. T. As Ligas Camponesas às vésperas do Golpe de 1964. *Projeto História*, São Paulo, (29) tomo 2, p. 391-416, dez. 2004.

MOREIRA, R. *O pensamento geográfico brasileiro: as matrizes brasileiras* – vol. 3. São Paulo: Contexto, 2010.

OLIVEIRA, A. U. de. *Geografia das lutas no campo*. 6 ed. São Paulo: Contexto, 1994.

PORTO-GONÇALVES, C. W. *Amazônia, amazônias*. São Paulo: Contexto, 2005.

SANTIAGO, V. *Josué de Castro – o gênio silenciado*. Recife: Edições Bagaço, 2008.

_____. *Francisco Julião, as Ligas e o Golpe Militar de 64*. Recife: Comunigraf, 2004.

_____. *Francisco Julião: luta, paixão e morte de um agitador*. Recife: Assembléia Legislativa de Pernambuco, 2001 (Perfil Parlamentar Século XX).

STÉDILE, J. P. (Org.). *A questão agrária brasileira: história e natureza das Ligas Camponesas – 1954-1964*. São Paulo: Expressão Popular, 2002.

Vídeos

CABRA MARCADO PARA MORRER. Direção de Eduardo Coutinho. Rio de Janeiro: Mapas Filmes e Globo Vídeo, 1984. 119 min., p&b/color.

JOSUÉ DE CASTRO – Cidadão do Mundo. Direção de Sílvio Tendler. Rio de Janeiro: Bárbara Produções, 1995. 50 min., p&b/color.

Informações sobre os autores:

Thiago França Simonetti

Graduando em Geografia Bacharelado pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte/Natal,

thiagofsimonetti@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-9491-7914>

Bruno Maia Halley

Orientador de Projeto de Iniciação Científica. Doutor em Geografia pela Universidade Federal Fluminense e Professor Substituto da Universidade Federal do Rio Grande do Norte/Natal

bhalley@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-0094-2896>

Artigo recebido em 31/05/2020 e aceito em 04/06/2020